



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**  
**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27|**

**Despacho Secretaria/PGM**

Jacuípe, AL, 22 de abril de 2024

**AO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES**

**Assunto: Encaminhamento do processo 050823/2023 – INEX 050823/2023.**

Prezado Senhor,

Solicitamos análise e emissão de Parecer acerca da celebração do 3º termo aditivo ao contrato **050823/2023 – INEX 050823/2023**, que tem como objetivo a contratação de pessoa física para consultoria em processos e contratos.

Atenciosamente,

**Ireneu Teotônio Silva**  
**Diretor de Secretaria**



# J. FABIANO ASSESSORIA E IM LICITAÇÕES

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE JACUIPE - AL

**ASSUNTO: ACEITE DO ADITIVO DE RENOVÇÃO DA VIGÊNCIA**

**JOSÉ FABIANO DA SILVA SANTOS**, pessoa física inscrito no CPF nº 058.813.654-96 e RG sob o nº 2000001166543 – SSP/AL, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, 261 – centro de Jequiá da Praia – AL - CEP: 57.255-000, INFORMA a V. EXA, que tem interesse em renovar o contrato por mais 12 (doze) meses.

Pede deferimento.

Juquiá da Praia - AL, 19 de abril de 2024

  
**José Fabiano da Silva Santos**

Contratado



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**

**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27 |**

**Câmara Municipal de  
Jacuípe**

ARQUIVO  
DISPONIBILIZADO PELO  
PORTAL DA  
TRANSPARÊNCIA.

Validação:  
<https://www.jacuipe.al.gov.br/transparencia>



**PROCESSO Nº 050823/2023**

Interessado: **CÂMARA MUNICIPAL DE JACUIPE – AL.**

Assunto: **3ª (TERCEIRA) ALTERAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO INEX Nº 01 - 050823/2023, DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA SERVIÇO DE ASSESSORIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO**

Em atendimento à solicitação contida na inicial, considerando o que consta nos autos do presente processo, **AUTORIZO** a renovação de mais 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo nº 01 INEX **050823/2023**.

Remetam-se os autos à Diretoria das Secretarias para a lavratura do competente Termo Aditivo ao referido contrato.

Jacuípe/AL, 16 de abril de 2024.

  
**Paulo Buarque dos Reis**  
Presidente



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**  
**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27|**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMJP 01- INEXIGIBILIDADE 050823/2023**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO **INEX-050823/2023**, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA DE VEREADORES DE JACUIPE - AL, E DO OUTRO O SENHOR JOSÉ FABIANO DA SILVA SANTOS.

**PREÂMBULO DAS PARTES E DO FUNDAMENTO**

**1 - CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JACUIPE - AL** com sede administrativa na Rua do Comércio, s/n – Centro – Jacuípe - AL, CE P: 57.960-000 - **CNPJ: 24.256.224/0001-27**, neste ato representado pelo Presidente da Casa, o Senhor, **Paulo Buarque dos Reis** brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 99001103961 SSP/AL, e inscrito no CPFMF sob o nº 056.623.844-60 residente no município de Jacuípe - AL, adiante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**.

**2 – CONTRATADA: JOSÉ FABIANO DA SILVA SANTOS**, pessoa física inscrito no CPF nº 058.813.654-96 e RG sob o nº 2000001166543 – SSP/AL, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, 261 – centro de Jequiá da Praia – AL - CEP: 57.255-000, denominada **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTOS**

O presente contrato fundamenta-se nas determinações da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especialmente o artigo 57, II, por se tratar de serviços de natureza contínua.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente termo aditivo destina-se na alteração de cláusulas do contrato originário.

**CLAUSULAS TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

Prorroga-se o prazo contratual vigente, pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir de 19/05/2024, data do término da vigência atual, nos termos do art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLAUSULAS QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**  
**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27 |**

A dotação do contrato especificado acima correrá no exercício 2024 e o saldo remanescente será alocado nos exercícios subsequentes, nas mesmas rubricas.

**Poder:** Poder Legislativo

**Órgão:** Câmara Municipal de Jacuípe

**Classificação Funcional Programática:** 01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das atividades da Câmara Municipal

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.36 Outros serviços de terceiros – Pessoa Física

**FONTE DE RECURSO:** 1.500.0000 RECURSOS PROPRIOS

**CLAUSULAS QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas, bem como os respectivos termos aditivos.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

Jacuípe/AL, XX de XXXXX de 2024.

**Paulo Buarque dos Reis**

**Presidente**

**CONTRATANTE**

**José Fabiano da Silva Santos**

**CONTRATADO**



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**  
**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27 |**

## **PARECER**

**Proc. nº: 050823/2023**

**Proc. INEXIGIBILIDADE nº 050823/2013**

**Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe - AL.**

**Assunto: Proc. nº: 050823/2023 – 3º Aditivo – Contrato 050823/2013 –**

**Renovação da Vigência do Contrato**

## **EMENTA**

**3º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DA  
VIGÊNCIA DO CONTRATO. SERVIÇOS DE  
ASSESSORIA EM LICITAÇÕES E  
CONTRATOS. ART 57, INCISO II, § 1º, IV,  
DA LEI Nº 8.666/93.**

## ***I - Relatório***

Trata o presente de processo administrativo remetido a esta PGM para análise e parecer de autorização do 3º termo aditivo no Contrato firmado entre a pessoa física José Fabiano da Silva Santos e a Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe/AL, com a finalidade de Serviço de assessoria em licitações e contratos.

Consta dos autos a solicitação de prorrogação do contrato para um prazo de mais 12 meses, assim dando continuidade aos serviços advocatícios para o Município.

Destarte, por força do disposto no artigo 38 da Lei 8.666/93, fora instada a se manifestar esta Procuradoria Municipal a respeito da possibilidade legal de firmamento de aditivo do referido contrato.

Em breve síntese, é o relatório.



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**

Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27|

Câmara Municipal de  
Jacuípe

ARQUIVO  
DISPONIBILIZADO PELO  
PORTAL DA  
TRANSPARÊNCIA.

Validação:  
<https://www.jacuipe.al.gov.br/transparencia>



## II – Da Análise do Mérito

*Prima facie*, insta frisar por oportuno que a presente manifestação tem por referência os elementos constantes dos autos do processo administrativo alhures descrito estritamente no que tange a possibilidade jurídica do pleito, deixando, portanto, de adentrar em análises de conveniência e oportunidade da prática de atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Como é cediço, dentre os princípios constitucionais básicos que devem pautar a conduta da Administração Pública tem-se o **princípio constitucional da legalidade**. Isto significa, nos exatos termos trazidos pela jurista **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**:

*"a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto ela depende de lei". (pág. 68 da obra *Direito Administrativo*, 11ª ed., Editora Atlas, São Paulo, 1999). (grifamos)*

Carlos Ari Sundfeld ensina que:

**"A atividade administrativa deve ser desenvolvida nos termos da lei. A Administração só pode fazer o que a lei autoriza: todo ato seu há de ter base em lei, sob pena de invalidade. Resulta daí uma clara hierarquia entre a lei e o ato da Administração Pública que não seja concedido pela lei: o que a lei não lhe concede expressamente, nega-lhe implicitamente. Todo poder é da lei; apenas em nome da lei se pode impor obediência. Por isso, os agentes administrativos não dispõem de liberdade – existente somente para os indivíduos considerados como tais -, mas de competências, hauridas e limitadas na lei."**

*"A doutrina o afirma em uníssono. Ensina Seabra Fagundes que 'administrar é aplicar a lei, de ofício'(O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário, p.3). Acentua Hely Lopes Meirelles que 'a eficácia de toda a atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal'(Direito Administrativo Brasileiro, p. 78). No mesmo sentido, Michel Stassinopoulos: 'a lei não é apenas o limite do ato Administrativo, mas sua condição e sua base. Em um Estado de Direito, a Administração não se encontra apenas na impossibilidade de agir contra legem ou praeter legem, mas é obrigada a agir sempre secundum legem'(Traité des Actes Administratifs, p. 69) (SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público**. 3. Ed. São Paulo : Editora Malheiros, Outubro de 1998). (grifamos)*

CELSONO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, ao tratar do princípio da legalidade, diz que tal princípio significa a:



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**  
**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27|**

*"consagração da ideia de que a **Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei** e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei".<sup>1</sup>*

Com base no parágrafo 1º, inciso IV, do artigo 57, da Lei 8.666/93, poderá a administração pública prorrogar o contrato, vejamos:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos*

*§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:*

*IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;*

Ademais, é exigência legal que havendo necessidade de prorrogação do referido contrato, deverá tal formulação ser realizada através de termo aditivo, devendo, ser requeridas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do dia em que finda o contrato. E, tal situação foi atendida pelo Contratante, ora Requerente, uma vez que, solicitou a prorrogação dentro do prazo legal.

E mais, para que seja efetivada a celebração de Termo Aditivo, há a necessidade de justificativa (§2º, art. 57, Lei 8.666/93) a fim de atender a necessidade dessa prorrogação. Vejamos o dispositivo legal:

**§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.**



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**  
**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27 |**

E ainda, imprescindível se faz a autorização da autoridade competente a fim de que seja autorizado o presente aditivo, neste caso, a Prefeita do Município de Juquiá da Praia.

Ressalte-se, por fim, que as exigências supra, além de legalmente previstas, consta em cláusulas específicas do presente contrato, tal situação, ensejando deste modo a sua inteira possibilidade.

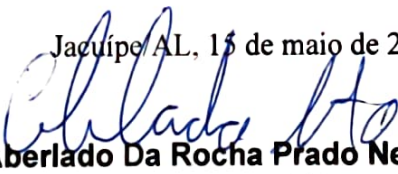
Sem maiores considerações, concluímos pelo **DEFERIMENTO** da situação ora pleiteada, qual seja, a prorrogação de prazo, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo o referido contrato Aditivado pela primeira vez, uma vez que enquadrado na situação jurídica atinente a matéria.

### **III – Conclusão**

---

Sem maiores considerações, opinamos pelo **DEFERIMENTO** da situação ora pleiteada, qual seja, o aumento de preço do referido contrato, sendo-o aditivado pela quinta vez, uma vez que enquadrado na situação jurídica atinente a matéria.

Sem embargos de douts posicionamentos, é o nosso entendimento. **S.M.J.**

Jacuípe/AL, 15 de maio de 2024.  
  
**Aberlado Da Rocha Prado Neto**  
**Procurador OAB: 8478**



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**

**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27 |**



**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMJP 01 - INEXIGIBILIDADE 050823/2023**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO **INEX-050823/2023**, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA DE VEREADORES DE JACUÍPE - AL. E DO OUTRO O SENHOR JOSÉ FABIANO DA SILVA SANTOS.

**PREÂMBULO DAS PARTES E DO FUNDAMENTO**

**1 - CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JACUÍPE - AL** com sede administrativa na Rua do Comércio, s/n – Centro – Jacuípe - AL, CE P: 57.960-000 - **CNPJ: 24.256.224/0001-27**, neste ato representado pelo Presidente da Casa, o Senhor, **Paulo Buarque dos Reis** brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 99001103961 SSP/AL, e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.623.844-60 residente no município de Jacuípe - AL, adiante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**.

**2 – CONTRATADA: JOSÉ FABIANO DA SILVA SANTOS**, pessoa física inscrito no CPF nº 058.813.654-96 e RG sob o nº 2000001166543 – SSP/AL, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, 261 – centro de Jequiá da Praia – AL - CEP: 57.255-000, denominada **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTOS**

O presente contrato fundamenta-se nas determinações da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especialmente o artigo 57, II, por se tratar de serviços de natureza contínua.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente termo aditivo destina-se na alteração de cláusulas do contrato originário.

**CLAUSULAS TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

Prorroga-se o prazo contratual vigente, pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir de 19/05/2024, data do término da vigência atual, nos termos do art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLAUSULAS QUARTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTARIA**

*(Handwritten signature)*



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**

**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27 |**



A dotação do contrato especificado acima correrá no exercício 2024 e o saldo remanescente será alocado nos exercícios subsequentes, nas mesmas rubricas.

**Poder:** Poder Legislativo

**Órgão:** Câmara Municipal de Jacuípe

**Classificação Funcional Programática:** 01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das atividades da Câmara Municipal

**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.36 Outros serviços de terceiros – Pessoa Física


**FONTE DE RECURSO:** 1.500.0000 RECURSOS PROPRIOS

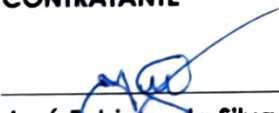
**CLAUSULAS QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas, bem como os respectivos termos aditivos.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

Jacuípe/AL, 17 de maio de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**Paulo Buarque dos Reis**  
**Presidente**  
**CONTRATANTE**

  
\_\_\_\_\_  
**José Fabiano da Silva Santos**  
**CONTRATADO**



**Estado de Alagoas**  
**Todo Poder Emana do Povo**  
**Câmara Municipal de Vereadores de Jacuípe**  
**PALÁCIO PEDRO PAULO GONÇALVES LINS**

**Rua: Do Comercio, S/N | Centro | CEP 57.960-000 | CNPJ nº 24.256.224/0001-27 |**

**Extrato de Aditivo Contratual**

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 050823/2023 – processo nº 050823/2023 – Procedimento de Contratação: INEXIGIBILIDADE Nº 0109039/2023– Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93 (Art. 57, II) – Contratado(a): JOSÉ FABIANO DA SILVA SANTOS, pessoa física inscrito no CPF nº 058.813.654-96 e RG sob o nº 2000001166543 – SSP/AL, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, 261 – centro de Jequiá da Praia – AL - CEP: 57.255-000– Objeto contratual: Prorroga-se o prazo contratual vigente, pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir de 19/05/2024, data do término da vigência atual, nos termos do art. 57, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, que permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**Cópia publicada no Quadro de Avisos  
desta Prefeitura em 17/05/2024.**

\_\_\_\_\_  
Servidor responsável